

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.551.883 - RS (2019/0221429-0)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
AGRAVANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : ELTON AIRTON ZIELKE E OUTRO(S) - RS017574
AGRAVADO : MARCO AURELIO RICCIARDI WEBER
ADVOGADOS : JOSÉ VECCHIO FILHO E OUTRO(S) - RS031437
NATÁLIA SILVEIRA MODEL - RS102928

DECISÃO

Trata-se de Agravo contra inadmissão de Recurso Especial (art. 105, III, "a", da CF) interposto contra acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO TRIBUTÁRIO. URV. COISA JULGADA. INOCORRÊNCIA. FORMA DE CÁLCULO.

Ausência de coisa julgada no caso em tela, haja vista que no acórdão em que decidida a questão atinente à incidência de imposto de renda não restou definida a metodologia de cálculo a ser seguida, mas somente consignado a adoção do regime de competências e que “deve ser observado o regime de competência e não o de caixa, isto é, o imposto de renda incidente na fonte, por ocasião do pagamento das URVs à parte autora, deve ser calculado conforme alíquota vigente ao tempo em que teria sido tributado cada montante mensal e não de forma acumulada e com incidência de alíquota superior àquela em vigor ao tempo do pagamento ” conforme se extrai da sentença transitada em julgado. Precedente desta Segunda Câmara Cível em caso semelhante.

O Superior Tribunal de Justiça, em Recurso Especial Representativo de Controvérsia, e o Supremo Tribunal Federal, em Repercussão Geral, pacificaram o entendimento acerca da incidência do cálculo de imposto de renda incidente sobre parcelas atrasadas, devendo ser observada a renda percebida isoladamente, mês a mês, e em separado das demais verbas recebidas, conforme alíquota de tributação vigente. Precedentes deste Tribunal.

NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

Os Embargos de Declaração foram rejeitados.

A parte alega, nas razões do seu Recurso Especial, violação dos arts. 502, 503, 505 e 1.022, inciso II, do CPC/ 2015, do art. 46, § 2º, da Lei 8.541/1992, do art. 3º, 7º, § 1º, e 12-A da Lei 7.713/88 e do art. 105, 106, 111, 144 e 176 do CTN. Sustenta, em síntese: a) que o acórdão recorrido violou a coisa julgada ao determinar a incidência do Imposto de Renda de forma isolada, por mês de competência sobre os valores pagos em atraso; b) que é indevida a aplicação retroativa do artigo 12-A da Lei 7.713/1988, inserido pela Lei 12.350/2010; c) e

que "o cálculo do imposto deve observar a alíquota vigente ao tempo em que o pagamento deveria ter ocorrido e os valores pagos extemporaneamente devem se somar àqueles recebidos ao tempo em que deveriam ter sido pagos, sob pena de se criar forma de isenção concedida pelo Judiciário ao arrepio da lei" (fl. 421, e-STJ).

É o **relatório**.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 8.10.2019.

Impugnado o conteúdo da decisão que inadmitiu o Recurso Especial, conheço do Agravo para examinar a pretensão veiculada no apelo nobre.

O Tribunal *a quo* consignou:

Como se vê, ao contrário do que busca fazer crer o agravante, em momento algum restou consignado que o imposto deveria incidir sobre o montante acumulado e/ou somado às demais rubricas.

Da sentença supramencionada e da leitura da peça recursal em análise, vê-se que, em verdade, intenta o ente público rediscutir a forma de incidência do imposto de renda, insistindo em tese de ocorrência de coisa julgada que não prospera.

(...)

Inocorre, pois, coisa julgada a impor obstáculo ao exame da nova controvérsia trazida a juízo.

(...)

Como preconizado por ambos os Tribunais Superiores, de ser aplicado o regime de competência, devendo o benefício ser calculado de acordo com as tabelas e alíquotas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido adimplidos, observando a renda auferida mês a mês, o que, in casu, foi expressamente observado. O dever de observância ao regime de competências está expressamente reconhecido no título executivo, conforme se nota nos documentos juntados aos autos eletrônicos. Esclarece-se que o cálculo há de se dar separadamente dos rendimentos mensais que percebeu a parte, ou seja, de forma isolada dessas parcelas, como bem exposto pelo Juízo singular, tratando-se de jurisprudência que vem se consolidando nesta Corte:

(...)

Sendo calculado de forma acumulativa, a parte sofreria dupla penalidade, haja vista que, além de receber em atraso, ainda terá de pagar mais imposto.

O que se está a asseverar é que no momento de efetuar o cálculo deve-se isolar a parcela de URV e aplicar a esta a alíquota vigente à época. Nessa perspectiva, o imposto de renda incidente sobre as diferenças vencimentais deve ser calculado de acordo com as tabelas e alíquotas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido pagos e retidos, de forma separada dos demais rendimentos mensais, sob pena de penalizar o contribuinte de forma dúplice. (...) Por consequência, não se há falar em

violação à coisa julgada, tampouco em soma dos rendimentos recebidos acumuladamente aos demais rendimentos, impondo-se o desprovimento do recurso, com a manutenção da decisão agravada. (fls. 357-363, e-STJ)

Em síntese, ficou consignado que a questão de fundo, objeto do Recurso Especial interposto contra acórdão em liquidação ou cumprimento de sentença (a saber, tributação em separado das diferenças de URV pagas por força de condenação judicial), não pode ser analisada, por implicar rediscussão de matéria sobre a qual já se operou o trânsito em julgado, conforme trechos transcritos da decisão no processo de conhecimento – em relação aos quais não é possível, sem infringir a restrição da Súmula 7/STJ, reformar as premissas fáticas e probatórias nela estabelecidas.

De acordo com a jurisprudência do STJ, uma vez transcritos os fundamentos relativamente aos quais transitou em julgado a decisão proferida em processo de conhecimento, sua rediscussão não decorre da mera interpretação da legislação federal, mas do cotejo das peças processuais, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPOSTO DE RENDA. CÁLCULO. COISA JULGADA. OBSERVÂNCIA. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. COTEJO DE PEÇAS PROCESSUAIS DE FEITOS DISTINTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. CONSIDERAÇÕES A TÍTULO DE OBITER DICTUM. IRRELEVÂNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática que julgara recurso interposto contra decism publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, o Tribunal a quo deu provimento ao Agravo de Instrumento, interposto pelo ora agravado, ao fundamento de que, em observância à coisa julgada, o cálculo do Imposto de Renda incidente sobre as verbas recebidas acumuladamente, a título de URV, deve observar as tabelas e alíquotas vigentes à época em que deveriam ter sido pagas.

III. Na forma da jurisprudência, "o cotejo de peças processuais não envolve qualquer análise jurídica, mas sim puramente fática, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ" (STJ, AgRg no AREsp 682.099/AM, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe de 25/10/2016).

IV. Considerando-se a fundamentação do acórdão recorrido - no sentido de que os cálculos apresentados, para fins de Imposto de Renda, refletem a coisa julgada -, somente com o reexame do conjunto fático-probatório seria possível acolher a argumentação da parte recorrente,

Superior Tribunal de Justiça

o que, efetivamente, encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

V. Os comentários do Tribunal de origem, a título de obiter dictum, não integram a fundamentação do acórdão recorrido, de modo que as razões recursais, tendentes a impugná-los, mostram-se irrelevantes e não merecem ser conhecidas, porquanto incapazes de ensejar a reforma do decisum.

VI. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.121.961/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 11/10/2018).

Ante o exposto, **conheço do Agravo para não conhecer do Recurso Especial**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator